

FECUNDIDADE E PARTICIPAÇÃO FEMININA NA FORÇA DE TRABALHO: UMA ANÁLISE PARA A AMÉRICA LATINA ENTRE 1990-2015

Angelita Alves de Carvalho (Escola Nacional de Ciências Estatísticas/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, Brasil)

RESUMO

Assim como em vários países desenvolvidos, as mulheres latino-americanas estão, cada vez mais, se inserindo no mercado de trabalho, em que a taxa feminina de participação no mercado de trabalho era de menos de 40% em 1990 e passou próximo de 55% em 2014. Por outro lado, a fecundidade na América Latina reduziu de próximo de 3 filhos por mulher em 1990 para o nível de reposição em 2012 (2 filhos em média). Percebe-se assim que existe uma relação negativa entre ter filhos e trabalhar entre as mulheres. Essa tendência tem sido observada na maioria dos países desenvolvidos até os anos 90, a partir de quando houve a inversão desta relação, a qual passou a ser positiva, especialmente devido às políticas de conciliação trabalho-família e redução da desigualdade de gênero. Apesar de um cenário social, econômico, cultural e de políticas de bem-estar social bastante distinto dos países latino-americanos, é importante que se vislumbre a relação entre inserção feminina no mercado de trabalho e o número de filhos também para a América Latina. Assim, o objetivo geral deste trabalho compreender como tem se sido a relação entre Taxa de Fecundidade Total e a Taxa de Participação Feminina na Força de Trabalho nos países latino-americanos deste a década de 90 até 2015, em que foram utilizados os dados do Banco Mundial para os 20 países que compõem a América Latina. A partir da análise dos dados sobre TFT e TFPFT encontrou-se uma correlação negativa para a região para todo o período analisado. O mesmo foi encontrado para a maioria dos países, exceto Cuba e Honduras. Contudo, ao analisar cada ano, nota-se uma não relação linear entre estes indicadores, mais próxima a forma de U, a qual parece variar para o período analisado. Acredita-se que a relação entre TFT e TFPFT precisa ser melhor investigada, especialmente a partir de indicadores do contexto social e institucional dos países, uma vez que esta relação pode estar sendo, cada vez mais, afetada por outros mediadores, especialmente aqueles que interferem na conciliação trabalho-família.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres no mercado de trabalho; relação entre filhos e trabalho; América Latina

1. INTRODUÇÃO

Assim como em vários países desenvolvidos, as mulheres latino-americanas estão, cada vez mais, se inserindo no mercado de trabalho, em que a taxa feminina de participação no mercado de trabalho era de menos de 40% em 1990 e passou próximo de 55% em 2014 (GASPARINE et al, 2015; NOVTA; WONG, 2017). Isto quer dizer que as mulheres tiveram um papel muito mais importante quando se trata do crescimento da População Economicamente Ativa do que os homens, nas últimas décadas, pois as taxas masculinas de atividade se mantiveram parecidas, porém as das mulheres aumentaram significativamente (GONZALES et al. 2015).

Contudo, essa inserção feminina se dá de maneira desigual e especialmente em alguns setores e ocupações, os quais, na maioria das vezes, possuem menores rendimentos, piores condições de trabalho e prestígio social. Tradicionalmente há uma predominância feminina nas ocupações do tipo conta-própria, comércio de mercadorias, emprego doméstico, prestação de serviços e funcionalismo público (ABRAMO; VALENZUELA, 2005)

Muitas vezes, essa inserção diferenciada das mulheres no mercado de trabalho decorre de suas escolhas reprodutivas, as quais também tem passado por mudanças. Segundo o número médio de filhos por mulher tem reduzido constantemente nas últimas décadas, passando para todos os países da América Latina de próximo de próximo de 3 filhos por mulher em 1990 para próximo do nível de reposição em 2012. Contudo ainda existem diferenças regionais importantes, em que basicamente tem-se 3 grupos de países: aqueles que possuem fecundidade abaixo do nível de reposição (compõem a maioria deles), aqueles com fecundidade próximo ao nível de reposição e uma minoria com fecundidade ainda perto de 3 filhos em média por mulher (SAAD, 2010). Mais recentemente, no entanto, estudos indicam um certo padrão de convergência dos níveis de fecundidade entre os países da região, salvo algumas exceções (VILLARRAGA, 2018; BRENES-CAMACHO, 2018; SACCO; BORGES, 2018)

Percebe-se assim que existe uma relação negativa entre ter filhos e trabalhar entre as mulheres. Essa tendência tem sido observada na maioria dos países desenvolvidos até os anos 90, a partir de quando houve a inversão desta relação, a qual passou a ser positiva (AHN; MIRA, 2002; ENGELHARDT; PRSKAWETZ, 2004; MATYSIAK; VIGNOLI, 2008), especialmente devido à políticas de conciliação trabalho-família e redução da desigualdade de gênero.

Muitos estudos em muitos países desenvolvidos, têm revelado que mulheres que estão inseridas no setor público e possuem jornadas de trabalho mais flexíveis ou de meio expediente são aquelas que costumam optar por famílias maiores. Isso ocorre porque o custo de oportunidade entre estar no mercado de trabalho e ter filhos é menor para essas mulheres. Além do mais, as mulheres possuem diferentes formas de conciliar a atividade laboral e o cuidado com as crianças, uma vez que possuem alternativas e/ou trabalhos que facilitam exercer esses duplos/triplos papéis (BELLANI; ESPING-ANDERSEN, 2013). Ou seja, o tipo de setor, ocupação e as horas dedicadas ao trabalho remunerado pelas mulheres, possuem uma forte relação para a tomada de decisões reprodutivas e, com isso, afetam diretamente no número de filhos que esta mulher venha a ter.

Apesar de um cenário social, econômico, cultural e de políticas de bem-estar social bastante distinto dos países latino-americanos, é importante que se vislumbre a relação entre inserção feminina no mercado de trabalho e as formas como esta inserção ocorre e o número de filhos nascidos vivos também neste contexto. Pois, apesar das mudanças ocorridas no cenário do mercado de trabalho da região, ainda persistem desigualdades de gênero tanto no âmbito familiar quanto profissional que podem interferir nas escolhas reprodutivas femininas. Além disso, a baixa oferta de empregos com jornadas flexíveis, meio expediente e ausência de políticas públicas de conciliação trabalho-família, tornam a conciliação entre a vida laboral e as escolhas reprodutivas ainda mais difíceis (DÍAZ; CHAMUSSY, 2013). Os estudos sobre estas relações para o conjunto dos países que compõem a América Latina ainda são poucos (SCHOCKAERT; DUTREUILH, 2005; CRUCES; GALIANI, 2007; TORTAROLO, 2014).

Assim, o objetivo geral deste trabalho é compreender como tem se sido a relação entre Taxa de Fecundidade Total (TFT) e a participação feminina no mercado de trabalho nos países latino-americanos deste a década de 90 até o ano de 2015, a fim de se identificar possíveis mudanças desta relação e alguma especificidade dos países.

2. TEORIAS E TENDÊNCIAS NA RELAÇÃO ENTRE FECUNDIDADE E PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO

As discussões sobre a relação entre o número de filhos e o mercado de trabalho foi indiretamente desenvolvida por Malthus, ainda no século XIX, o qual afirmava que o tamanho das famílias estaria altamente relacionado à sua renda, em que haveria um crescimento

populacional quando ocorresse o aumento da renda. Esse tipo de hipótese esteve presente em vários outros modelos neoclássicos seguintes, contudo não se efetivaram a longo prazo, pois o que se observou foi que, para os países desenvolvidos a relação entre taxa fecundidade total e participação na força de trabalho feminina manteve-se em uma tendência negativa, visto que a maior participação na força de trabalho e aumento da renda ocorreram em paralelo à redução da fecundidade e crescimento populacional (AHN; MIRA, 2002).

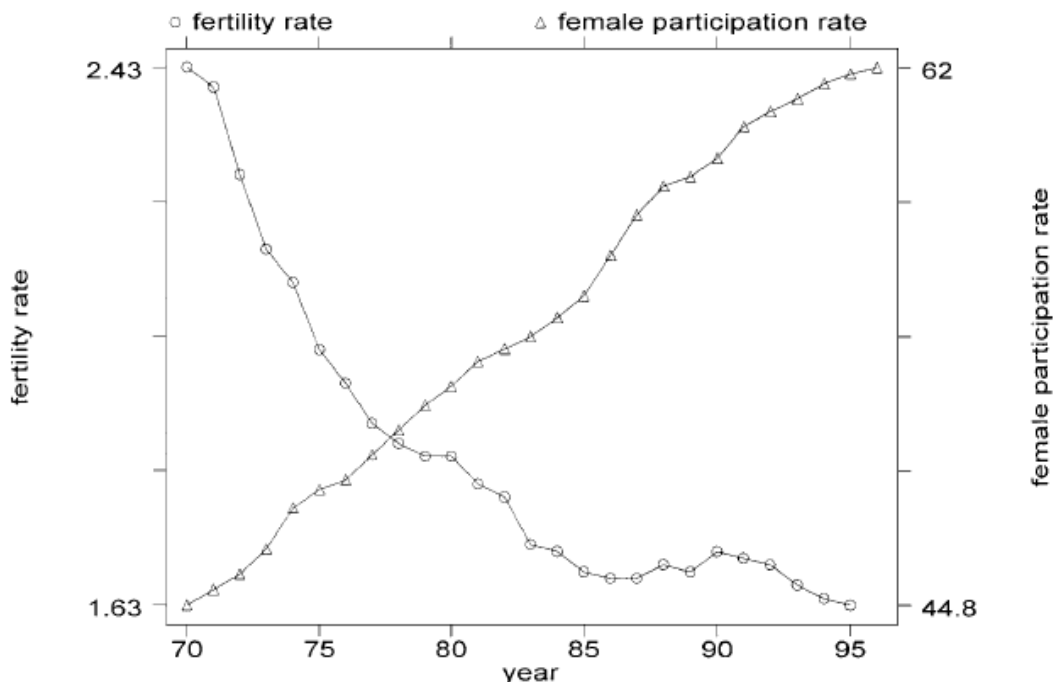
Um estudo clássico que, seguindo às ideias propostas por Malthus, também analisou a questão da tomada de decisão sobre o tamanho desejado de família e a inserção no mercado de trabalho, foi a teoria de Becker (1960). Essa teoria assume que as crianças são tidas como um "bem" e, assim, podem ser vistas como uma forma de demanda, nesse caso demanda por filhos. No estudo, a família deve saber quantas crianças quer ter, mas também o quanto pretende gastar com elas, como, por exemplo, pagar escola particular, dar quartos separados, etc. Sendo assim, crianças em que mais dinheiro é investido são tidas como de "alta qualidade". O dinheiro se mostra necessário para criar "bons filhos". Então, para o autor, se torna lógico pensar que um aumento nos salários deve aumentar a quantidade de dinheiro gasto nas crianças (BECKER, 1960).

Contudo, o autor destaca o fato de que, se por um lado, o aumento nos salários pode aumentar a quantidade de filhos, por outro ele também pode aumentar a qualidade. Assim, devido ao custo para se criar bons filhos ser alto, as pessoas ricas, por exemplo, acabam tendo menos filhos e, também, explica o porquê de as sociedades mais desenvolvidas terem taxas de fecundidade menores do que àquelas que são menos desenvolvidas. Isso mostra que a fecundidade real pode divergir do desejo por filhos, já que manter uma família numerosa é mais difícil (BECKER, 1960).

O modelo "New Home Economics" coloca o custo de oportunidade de ter filhos (o que se perde quando se reduz a jornada de trabalho para criar um filho) como um fator determinante na fecundidade. Quando os salários aumentam, aumenta também a demanda por filhos, aumentando a fecundidade, porque o custo de oportunidade de ter mais filhos acaba diminuindo. O aumento dos custos para se ter um filho aumenta a qualidade dos mesmos, mas também diminui a quantidade. Os ganhos femininos aumentam junto com a educação feminina, porém o custo de se criar um filho também se torna maior, desestimulando a fecundidade (BECKER, 1991).

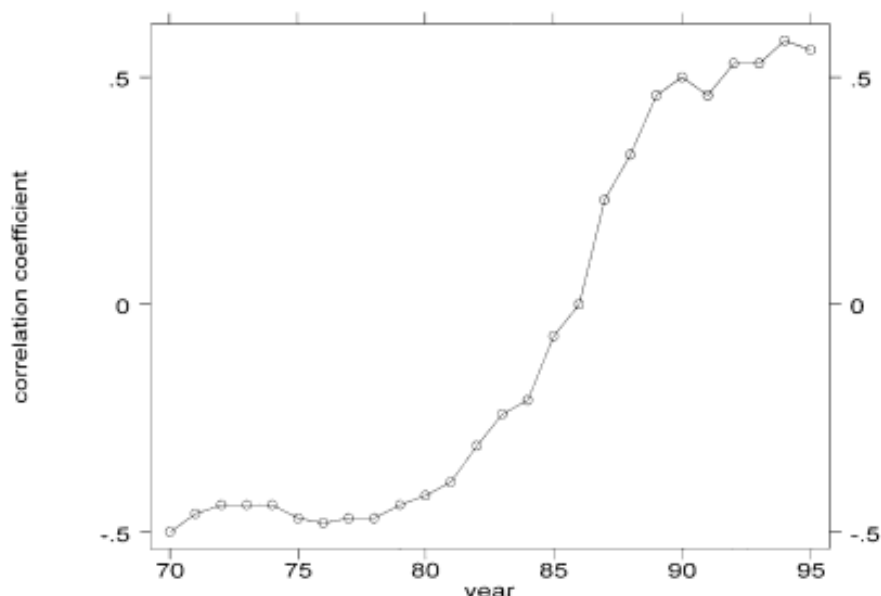
De forma mais empírica, no artigo de Ahn e Mira (2002) foram observados os dados da OECD de fecundidade e mercado de trabalho, a partir dos anos 70. Foi observado uma mudança no sinal da correlação entre TFT e as taxas de participação feminina no mercado, em que a correlação entre a TFT e a TPF em países desenvolvidos era negativa no começo dos anos de 1970, mas, a partir do final dos anos 1980, se tornou positiva em torno de 0,5 (FIGURA 1 e FIGURA 2). Essa mudança pode ter acontecido por causa da falta de emprego, já que ocorreu em conjunto com o aumento das taxas de desemprego. Os autores mesmos concluíram que o desemprego persistente deve ter contribuído para uma queda mais rápida na fecundidade (AHN; MIRA, 2002).

FIGURA 1 - A relação entre a taxa de fecundidade e a taxa de participação feminina nos países da OECD



Fonte: retirado de AHN & MIRA, 2002, p. 669.

FIGURA 2- A correlação entre a Taxa de Fecundidade Total e a Taxa de Participação Feminina, para os países da OECD, ao longo dos anos



Fonte: retirado de AHN & MIRA, 2002, p. 670.

Outro estudo utilizando os países da OECD foi de Engelhardt e Prskawetz (2004). Os autores colocaram esses países em 3 grupos diferentes baseados na Taxa de Participação Feminina no mercado de trabalho (TPF) (alto, baixo e médio) e a correlação com a Taxa de Fecundidade Total (TFT), começando em 1960 até 1999 a partir de variáveis educacionais, demográficas, indicadores de políticas sociais, dentre outros. Encontrou-se que, em países onde a TPF era menor, a TFT decresceu muito mais que em países onde a TPF era maior. O número de horas trabalhadas é uma variável melhor para se avaliar e explicar os problemas entre a participação feminina no mercado de trabalho e a fecundidade, do que os trabalhos de meio expediente, uma vez que as regras deste tipo de emprego mudam em cada país, sendo assim, foi observado que alguns países com TPF baixa também tinham horas de trabalho menos flexíveis para as mulheres. Em países com baixa TPF, a compatibilidade entre a participação no mercado de trabalho e a criação dos filhos é mais difícil, ocasionando a queda na TFT. Ou seja, as políticas públicas afetam diretamente a fecundidade porque mudam os custos de oportunidade de se ter um filho e em todos os países da OECD avaliados, onde a TPF era baixa, as políticas familiares eram escassas, logo foram os países onde foram observados os menores níveis de fecundidade nos anos 80 e 90 (ENGELHARDT; PRSKAWETZ, 2004). Essas relações podem ser visualizadas no QUADRO 1, adaptado abaixo.

QUADRO 1 - Variáveis de mercado, educacionais e demográficas que influenciam as taxas de fecundidade e participação feminina

	Associação com a TPF	Associação com a TFT
<i>Variáveis do Mercado de Trabalho</i>		
Salários femininos	+/-	+/-
Salários masculinos	-	+
Renda relativa masculina	-	+
Relação entre salários de mulheres e homens	+	-
Taxa de desemprego entre mulheres	-	+
Taxa de desemprego entre homens		-
Horas que as mulheres passam trabalhando		+/-
Taxa de participação masculina no mercado de trabalho		+
Proporção de mulheres em empregos de meio-período	+	+
<i>Variáveis Educacionais</i>		
Taxa de mulheres matriculadas em escolas	+	-
Anos de estudo das mulheres	+	-
Ensino fundamental completo (mulheres)	+	-
Ensino médio completo (mulheres)	+	-
Ensino superior ou mais completo (mulheres)	+	-
<i>Variáveis Demográficas</i>		
Taxa de divórcios	+	-
Taxa de mulheres que casaram apenas uma vez	-	+
Idade dos homens quando tiveram o primeiro filho		-
<i>Políticas Sociais</i>		
Número de crianças matriculadas no maternal	+	+
Subsídios familiares		+

Fonte: Traduzido de ENGELHARDT & PRSKAWETZ, 2002, p. 7.

Segundo Tomas Kögel (2004), a relação entre a taxa de fecundidade e da força feminina no trabalho mudou de negativa para positiva após 1985, especialmente para os países escandinavos, o que reforçou estudos que apontam para uma menor incompatibilidade entre a vida materna e a rotina de trabalho e, provavelmente, se deve a políticas aplicadas nos países em questão para facilitar a vida familiar (KÖGEL, 2004).

Diversos autores (MATYSIAK; VIGNOLLI, 2008; CASTRO-MARTÍN; MARTÍN-GARCIA, 2013) encontraram que o efeito negativo da relação entre a criação dos filhos e da entrada da mulher no mercado de trabalho foi ficando mais fraco ao longo dos anos, provavelmente devido a políticas assistencialistas de conciliação trabalho/família. Porém, a quantidade de mulheres entrando no mercado também acaba sendo mais um desafio para mães que perderam seus empregos e tiveram filhos nesse tempo, pois se torna mais difícil se inserir novamente no mercado. Por conta disso, muitas mulheres optam por adiar a maternidade até estarem estabilizadas financeiramente (MATYSIAK; VIGNOLLI, 2008; CASTRO-MARTÍN; MARTÍN-GARCIA, 2013).

Assim, pode-se dizer que essa mudança na relação entre as taxas de fecundidade e inserção feminina no mercado de trabalho é explicada por meio da implementação de políticas que minimizaram as incompatibilidades entre a criação de filhos e a vida profissional. (GORNICK; MEYERS, 2003 apud BILAC, 2014). Por isso, também, em países com regime de políticas de bem-estar social é mais fácil conciliar filhos com trabalho. Nos outros tipos de regimes políticos notou-se uma dificuldade dessa mesma conciliação, principalmente em países mais conservadores em relação à família, onde existe menos igualdade de gênero e, conseqüentemente, menos políticas assistencialistas (MATYSIAK; VIGNOLLI, 2008).

4. METODOLOGIA

Foram utilizados os dados do Banco Mundial para os 20 países que compõem a América Latina, a saber: Argentina (ARG), Bolívia (BOL), Brasil (BRA), Chile (CHI), Colômbia (COL), Costa Rica (CRI), Cuba (CUB), Equador (EQU), El Salvador (ELS), Guatemala (GUA), Haiti (HAI), Honduras (HON), México (MEX), Nicarágua (NIC), Panamá (PAN), Paraguai (PAR), Peru (PER), República Dominicana (RED), Uruguai (URU) e Venezuela (VEN).

Os indicadores analisados foram a Taxa de Fecundidade Total (TFT) que apresenta o número médio de filho por mulher e a Taxa Feminina de Participação na Força de Trabalho (TFPFT). Esta última representa, segundo Word Bank a proporção da população de 15 anos ou mais que é economicamente ativa, ou seja, todas as pessoas que fornecem mão de obra para a produção de bens e serviços durante um período específico multiplicando por 100.

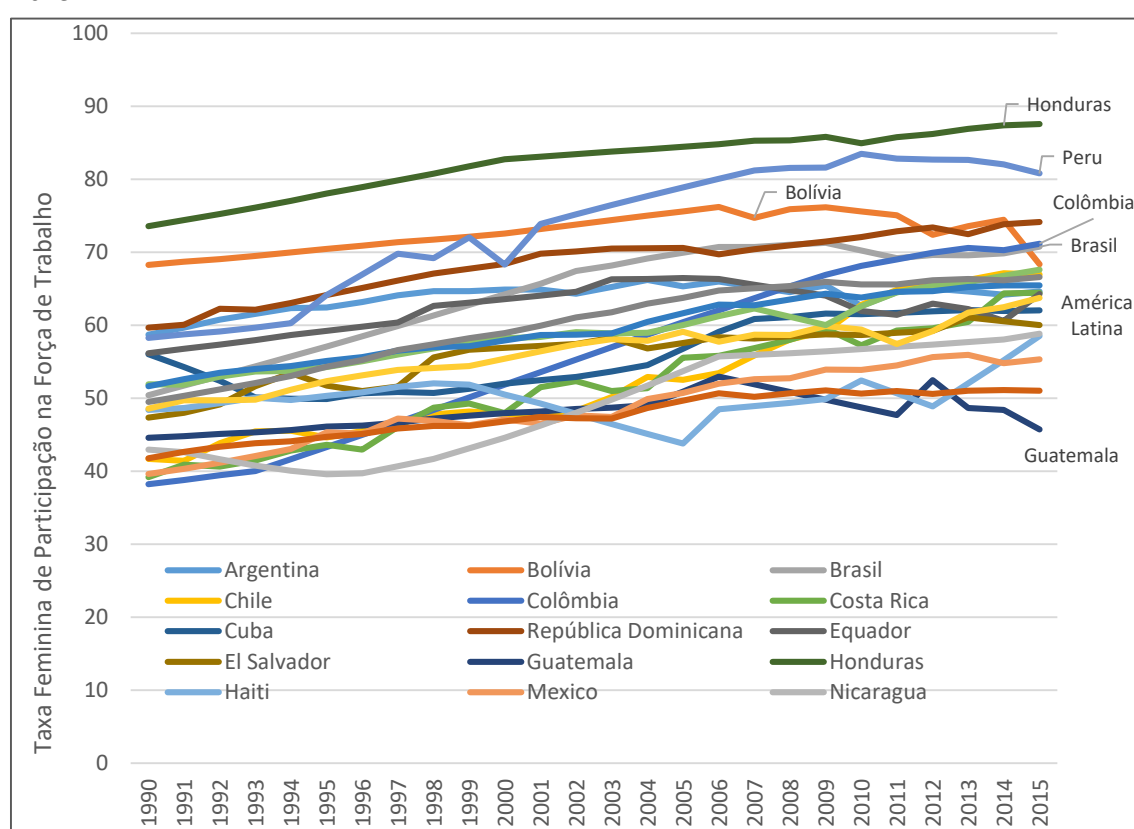
Foram realizadas análises descritivas dos indicadores bem como elaboradas correlações entre eles para o conjunto dos países analisados no período de 1990 à 2015.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisando os dados da Taxa Feminina de Participação na Força de Trabalho nota-se que houve um aumento da inserção feminina no mercado de trabalho para todos os países latino-americanos, em que a América Latina como um todo passou de 49% para 67% das mulheres economicamente ativas. Duas exceções são Bolívia e Guatemala, em que a TFPFT era menor do que a de 1990. Nota-se que esse aumento da entrada feminina no trabalho se deu de maneira

mais intensa para a maioria dos países até os anos 2008, depois de quando a tendência de aumento diminuiu e para alguns países passou-se a ter uma tendência de diminuição, como é o caso do Brasil, Guatemala e Peru. Possivelmente esta mudança da tendência observada está relacionada à mudanças na conjuntura econômica dos países, em especial o aumento dos níveis de desemprego. O estudo de Torres e Cabrera (2018) mostrou que apenas para o Brasil, Equador, Panamá e Uruguai uma tendência de convergência da taxa de atividade no mercado de trabalho, para o restante dos países, o indicador parece ter uma tendência de divergência.

GRÁFICO 1 – Taxa de Participação feminina no mercado de trabalho, América Latina 1990-2015

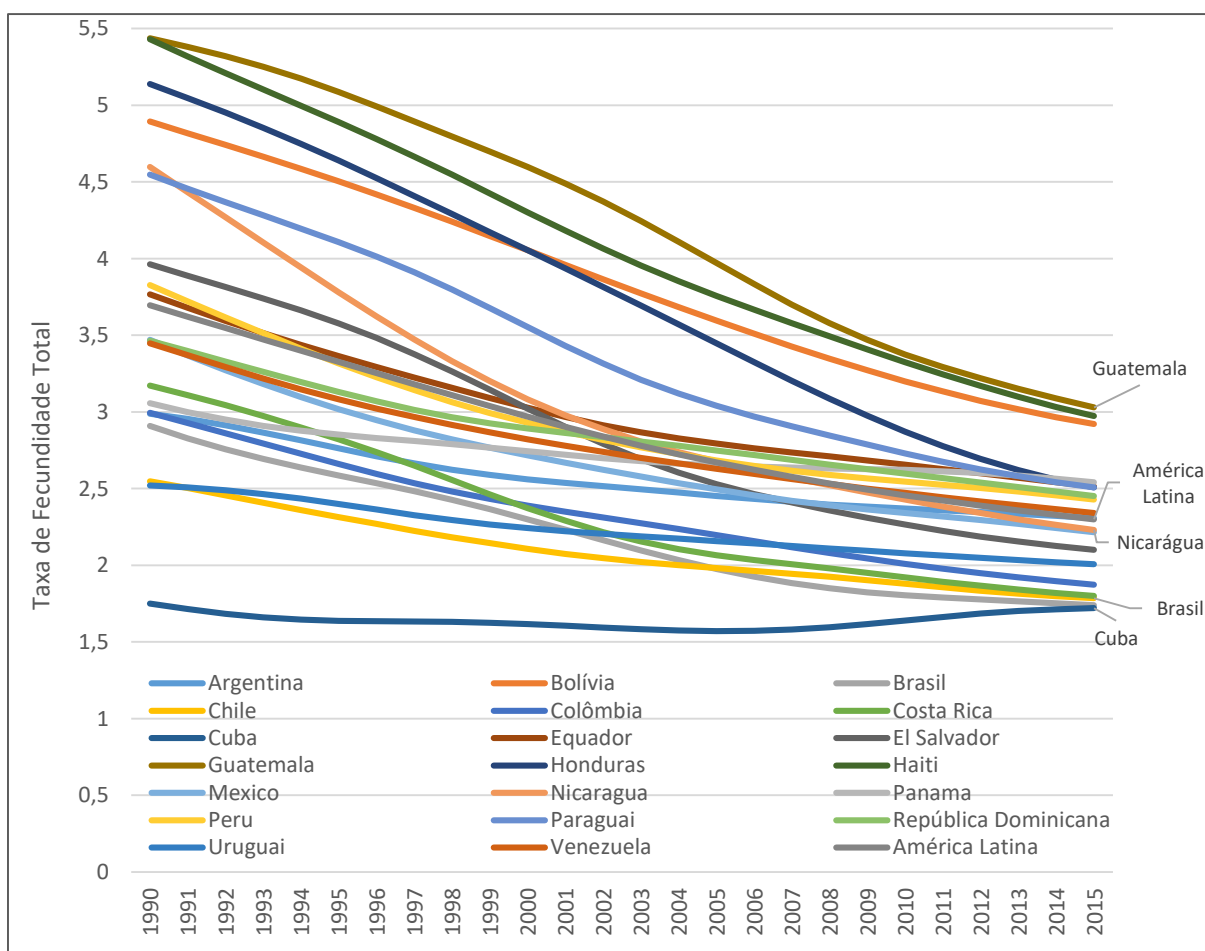


Fonte: Banco Mundial, 2018

Com relação à evolução da fecundidade na AL desde a década de 1990 até 2015 nota-se que, com exceção de Cuba, houve uma grande redução do número médio de filhos para todos os países. A maioria agora dos países possui uma TFT muito próxima do nível de substituição ou até mesmo menor, neste cenário destaca-se Cuba, Brasil, Costa Rica e o Chile. Esses achados foram discutidos por Brenes-Camacho (2018) e Sacco; Borges (2018), em que muitos países da América Latina, especialmente aqueles com já reduzidas taxas de fecundidade estariam vivendo

um período de convergência dos seus níveis de fecundidade internos, como foi caso da Argentina. Contudo, os estudos também mostram algumas especificidades regionais, em que os níveis de fecundidade parecem divergir inter e intra nacional.

GRÁFICO 2 – Taxa de Fecundidade Total, América Latina 1990-2015

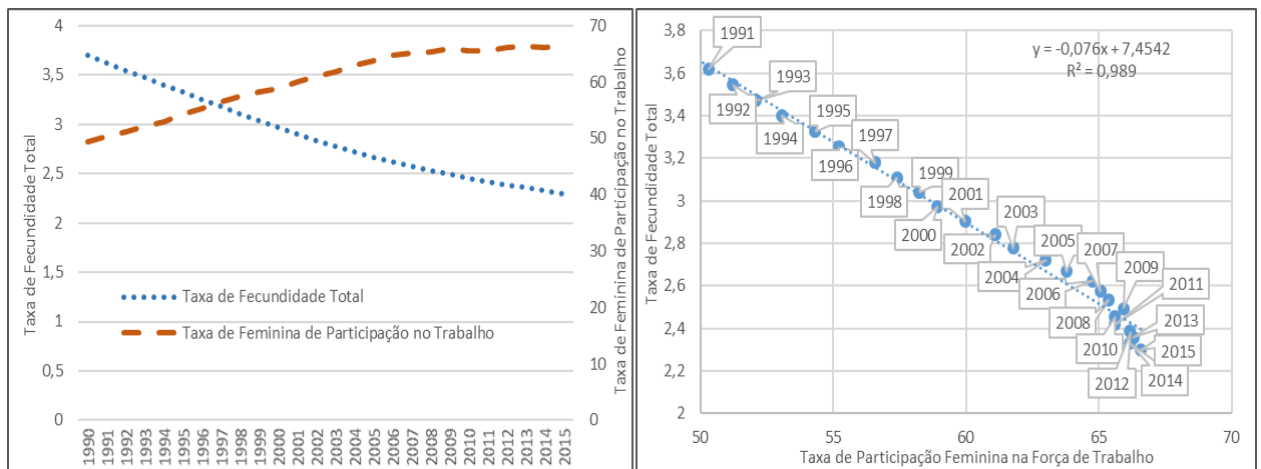


Fonte: Banco Mundial, 2018

Quando se analisa a TFT e a TPFFT (FIG.3) entre 1990 e 2015 nota-se que enquanto a fecundidade na América Latina caiu de, em média, próximo de 4 filhos por mulher no início da década de 1990 para próximo de 2 filhos em média em 2015, a Taxa de Participação das Mulheres na Força de Trabalho aumentou de 50% para próximo de 70%. Esses achados corroboram as tendências encontradas em outros artigos sobre a redução do número médio de filhos (ROSETO-BIXBY L.,1996; SAAD, 2011; SACCO e BORGES (2018) e a maior inserção feminina no mercado de trabalho (ABRAMO; VALENZUELA, 2005; GASPARINE et al, 2015; NOVTA; WONG, 2017). Ou seja, é facilmente perceptível que estes dois

indicadores se associam negativamente. Essa associação é bastante forte, em que 98% das mudanças na TFT se devem às mudanças da TPFPT. Os trabalhos de Schockaert e Dutreuilh (2005), Cruces e Galiane (2007) e Tortarolo (2014) também revelaram essa forte associação negativa entre as variáveis, contudo este último estudo chama a atenção para as especificidades dos países da região.

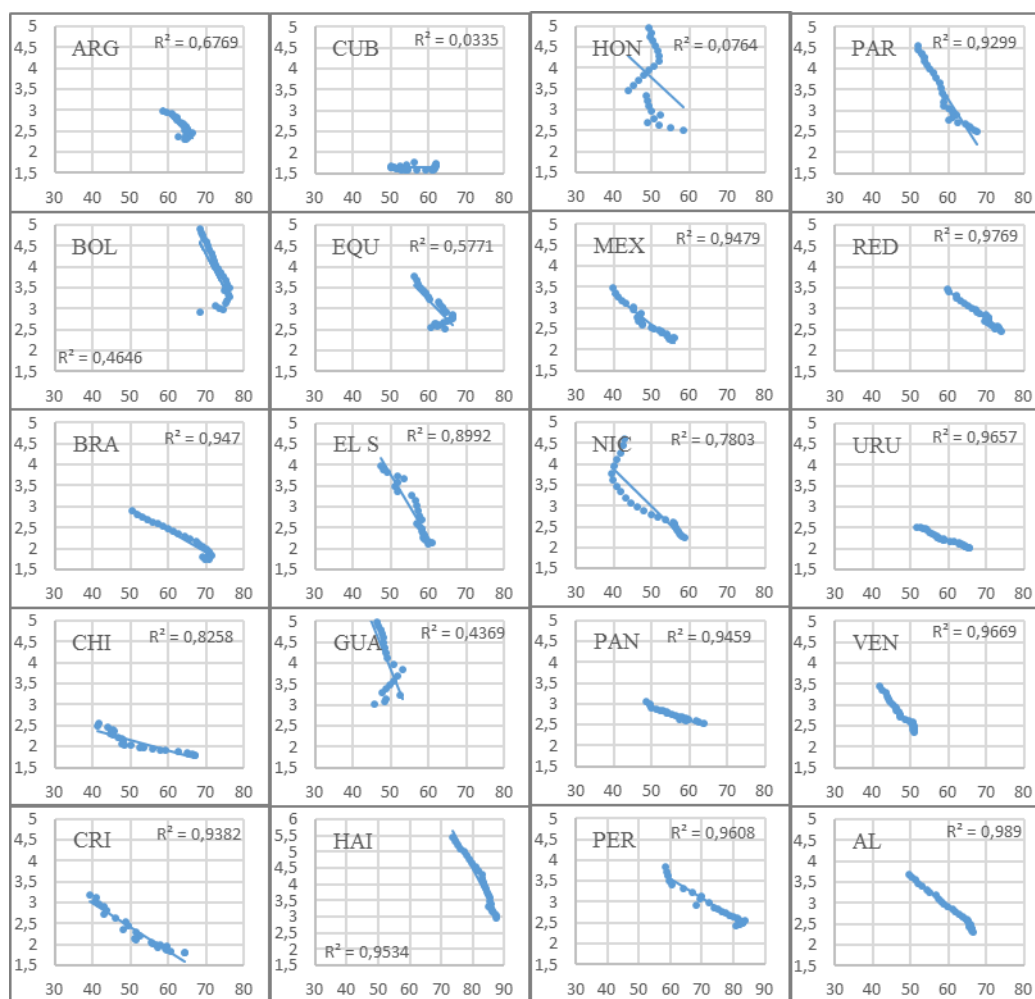
FIGURA 3 – Taxa de Fecundidade Total, Taxa de Participação Feminina na Força de Trabalho, e Correlação entre as variáveis, América Latina 1990-2015



Fonte: Banco Mundial, 2018

Para perceber estas diferenças tem-se a FIG. 4 a qual mostra a correlação entre as duas variáveis para cada um dos países analisados. Nota-se que, exceto Cuba e Honduras, a relação é negativa em todos eles. Para a maior parte dos países essa relação é bastante forte, em que explica mais de 90% da variação da TFT, como é o caso do Brasil, Costa Rica, Haiti, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

FIGURA 4 – Correlação linear entre Taxa de Fecundidade Total e Taxa de Participação Feminina na Força de Trabalho, América Latina 1990-2015

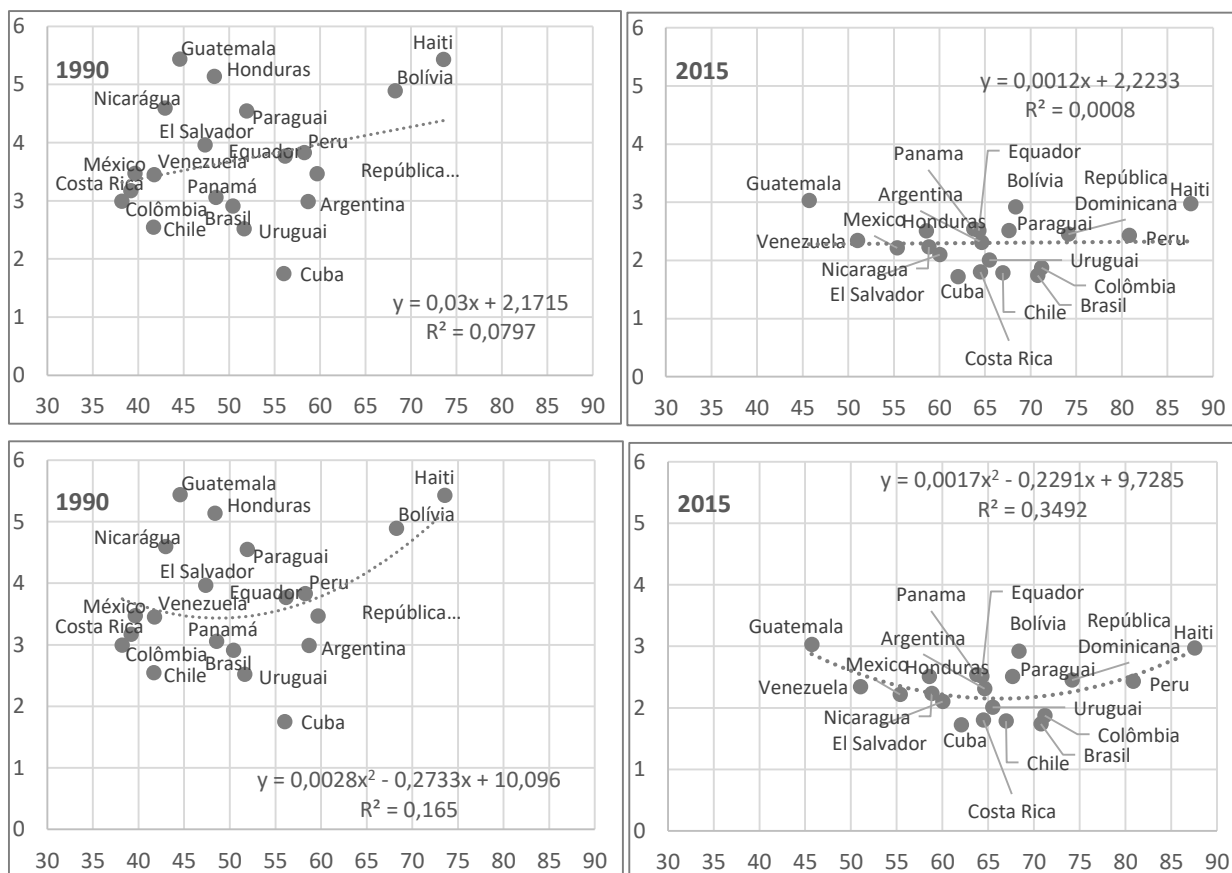


Fonte: Banco Mundial, 2018

Ao se analisa o conjunto dos países para cada ano, nota-se que, ao especificar o início (1990) e o fim do período (2015) analisado que a relação entre fecundidade e participação feminina na força de trabalho supondo que esta relação seria linear, esta seria positiva em 1990, contudo passa a ser praticamente inexistente em 2015. Contudo, pensando que esta relação possivelmente não se caracteriza por um relação linear ao longo do tempo, nota-se que parece que ela se caracterizaria mais por uma parábola. Os dados parecem seguir uma tendência curvilínea com o formato de um U. Essa tendência parece ser mais coerente do que supor uma relação linear, pois essa forma tem sido encontrada para a relação entre fecundidade e gênero e também para a relação entre TFT e PIB e entre PIB e TPFPT. Este formato, pode indicar que no início do processo de inserção feminina no mercado de trabalho, pelas próprias características do trabalho assumido pelas mulheres mais informais, com menos horas, mais

adaptáveis com a rotina de cuidados com os filhos, visto muito mais como um trabalho complementar, uma vez que o trabalho principal ainda era exercido pelo homem, são mais comuns entre países que possuem as maiores taxas de fecundidade, tais como se vê no caso do Haiti, República Dominicana e Peru. Por outro lado, países onde o trabalho feminino já assume um caráter um pouco mais formalizado, com grande importância para a composição da renda familiar, contudo com jornadas inflexíveis, ainda de alta informalidade e com baixa compatibilidade com os cuidados com os filhos, e somada à falta de políticas de conciliação trabalho-família, também seriam aqueles países com as menores taxas de fecundidade, como é o caso do Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica.

GRÁFICO 3 – Correlação linear e não-linear entre TFT e TFPFT, países da América Latina 1990 e 2015

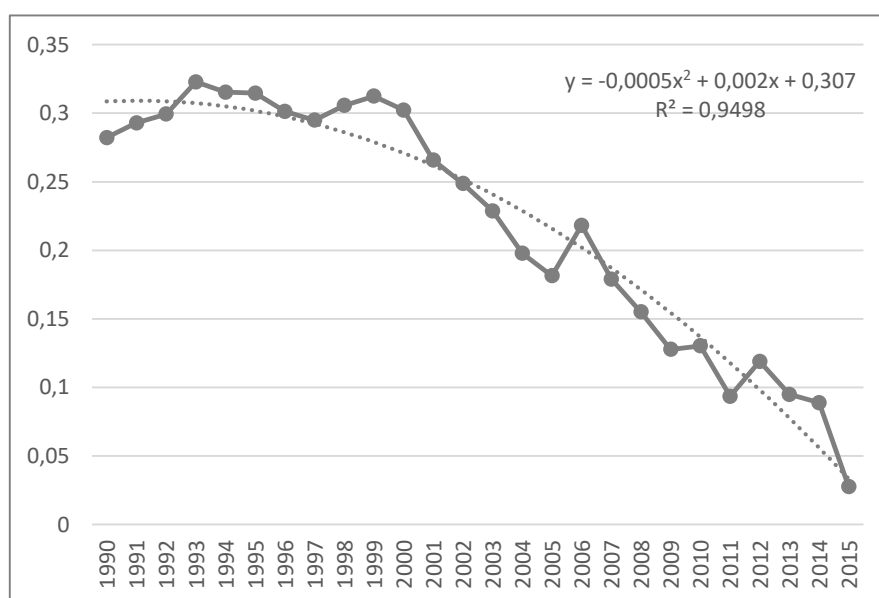


Fonte: Banco Mundial, 2018

Por fim ao analisar a correlação linear entre os dois indicadores para todos os anos e países da América Latina, nota-se que apesar essa correlação tem se tornado cada vez menos positiva e mais fraca, chegando praticamente à zero no ano de 2015. Confirmando um pouco o

que pode ser visto no GRAF.3. Esses achados, somado ao fato de que essa correlação não parece seguir uma tendência linear, mas sim com a forma de U, pode-se supor que os países da AL estão justamente na primeira metade deste U, com algumas exceções, em que estaríamos caminhando para um contexto em que a entrada feminina para o mercado de trabalho explicaria cada vez menos os níveis baixos de fecundidade. Se pensar que essa realidade será semelhante àquela vivenciada pelos países desenvolvidos, então a tendência, somada à atuação de políticas de conciliação família-trabalho, é que essa relação passasse a se tornar positiva novamente em um futuro breve. Caso contrário, permaneceria neutra ou ainda negativa por longos períodos, possibilidade talvez mais realista pela tendência observada e contexto institucional dos países latino-americanos.

GRÁFICO 4 – Tendência da correlação linear e não linear entre TFT e TFPFT, países da América Latina 1990 2015



Fonte: Banco Mundial, 2018

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre fecundidade e participação feminina na força de trabalho é de suma importância para se pensar a redução da fecundidade para patamares muito reduzidos, especialmente em um contexto de falta de políticas de conciliação entre trabalho e família e baixa igualdade de gênero, como é o caso da América Latina.

Os dados de 1990 a 2015 revelaram uma contínua relação negativa para a região entre estas duas variáveis, indicando que, quanto mais as mulheres se inserem na força trabalho menores são os níveis de fecundidade na região. Quando se faz uma análise dos países individualmente nota-se que esta relação se reafirma, uma vez que, para praticamente todos os países analisados, exceto Cuba e Honduras, encontra-se a relação negativa entre os indicadores. Contudo, como argumenta Cruces e Galiani (2007) para o caso de Argentina e México, essa relação pode variar quando se analisa as parturições e sexo das crianças, em que os efeitos são mais negativos para as chances de se ter mais que dois filhos e torna-se menor quando se tem filhos os dois primeiros filhos do mesmo sexo. Tortarolo (2014) mais recentemente, afirma que o poder explicativo do sexo dos filhos para fecundidade é pequeno para um conjunto de 14 países da AL. Percebe-se, portanto que é importante investigar variáveis que indiretamente possam afetar essa relação.

Contudo ao se fazer uma análise a cada ano, verificou-se que a relação no conjunto dos países não parece ser linear, e sim num formato de U. Nota-se ainda que esta relação tem mudando ao longo do tempo, indicando que a relação entre fecundidade e trabalho estão se tornado mais fracas e que são mais instáveis na AL do que quando comparado aos países desenvolvidos, possivelmente devido às especificidades que envolve o mercado de trabalho da região. Assim como discutido por Schockaert e Dutreuilh (2005), enquanto o enfraquecimento ou mesmo a reversão da correlação entre emprego e fecundidade nos países desenvolvidos estão ligados à melhorias nas condições institucionais que facilitam a conciliação entre família e trabalho, aqui na América Latina, por outro lado, o enfraquecimento da relação entre emprego feminino e fecundidade estaria relacionada, principalmente, à uma redução da quota de emprego assalariado e outros tipos de ocupação moderna, combinado com um aumento no número de mulheres que trabalham no sector informal ou que são trabalhadores por conta própria. Estas tendências ocorreram em conjunto com as crises econômicas das décadas de 1980, 1990 e 2010.

Estes primeiros achados, que ainda precisam ser melhor interpretados, alertam para a importância, cada vez maior, do contexto institucional e social dos países analisados para a inferência sobre as relações entre fecundidade e participação feminina no mercado de trabalho. Segundo Schockaert e Dutreuilh (2005), estudos que não colocam a ligação entre o emprego das mulheres e a fecundidade como a questão central, e discutem aspectos altamente relacionados ao tema como pobreza e vulnerabilidade familiar, aumento da autonomia e dos

poderes de decisão dentro da família pelas mulheres empregadas fora de casa e as diferentes situações sociais e o significado do trabalho e maternidade, trazem mais elementos para entender a relação entre estes indicadores.

Sabe-se que este ainda é um trabalho inicial, que apresenta ainda diversas limitações, especialmente do não controle dos efeitos de causalidade reversa ao se analisar a relação entre fecundidade e trabalho feminino, mas que reforça a importância de se estudar a temática no contexto atual da AL. O contexto político e social precisa perceber as questões da conciliação trabalho-família nos países latino-americanos como um parte imprescindível do processo de redução da fecundidade, a fim de evitar ainda quedas substanciais da fecundidade devido à uma incompatibilidade entre vida profissional e pessoal pelas mulheres, que as obriga a escolher entre realização pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, L.; VALENZUELA, M. E. Women's labour force participation rates in Latin America. *International Labour Review*, 144(4), 369-400, 2005.

AHN, N.; MIRA, P., A note on the changing relationship between fertility and female employment rates in developed countries. *Journal of Population Economics*, n. 15, p 667-682, 2002.

ARRIAGADA, I. The urban female labour market in Latin America: the myth and the reality. 1998.

BELLANI, D. E.; ESPING-ANDERSEN, G. Education, Employment, and Fertility. In: *The Fertility Gap in Europe: Singularities of the Spanish Case*, Barcelona: 'la Caixa' Welfare Projects, p. 82-101, 2013.

BRENES-CAMACHO, G. Descenso de la Raxón niño/mujer en unidades sbnacinales en Latinoamérica: señales de convergência. In: SIMPSON, L.; GONZÁLEZ, L. M. *Convergência demográfica? Análisis comparativo de las tendencias demográficas sbnacionales en América Latina e el Caribe*.

CRUCES, G.; GALIANI, S. Fertility and female labor supply in Latin America: New causal evidence. *Labour Economics*, 14(3), 565-573, 2007.

ENGELHARDT, H., PRSKAWETZ, A. On the Changing Correlation Between Fertility and Female Employment over Space and Time. *European Journal of Population*, vol. 20, p. 35-62, 2014.

GASPARINI, et al. Female Labor Force Participation in Latin America: Evidence of Deceleration, CEDLAS, *Working Papers* 0181, CEDLAS, Universidad Nacional de La Plata, 2015.

GONZALES, et al. Fair Play: More Equal Laws Boost Female Labor Force Participation. *IMF Staff Discussion Note* 15/02, (Washington: International Monetary Fund), 2015

DÍAZ, M.; CHAMUSSY, L. R. Childcare and women's labor participation: evidence for Latin America and the Caribbean. *Inter-American Development Bank*, 2013.

MATYSIAK, A. & VIGNOLI D., Fertility and Women's Employment: A Meta-analysis, *European Journal of Population*, vol. 24, issue 4, p 363-384, 2008.

NOVTA, N.; WONG, J. Women at Work in Latin America and the Caribbean. International Monetary Fund, 2017.

ROSETO-BIXBY L. Nuptiality trends and fertility in Latin America. In J.M. Guzman et al. (eds.). *The Fertility Transition in Latin America*, Oxford, Oxford University Press, pp. 252-293, 1996.

SAAD, P. Demographic trends in Latin America and the Caribbean. *Population aging: is latin America ready*, p. 43-77, 2011.

SACCO, N.; BORGES, G. M. Convergencia de la fecundidad y proyecciones de población a nivel sub-nacional. In: SIMPSON, L.; GONZÁLEZ, L. M. *Convergência demográfica? Análisis comparativo de las tendências demográficas sbnacionales en América Latina e el Caribe*.

SCHOCKAERT, I.; DUTREUILH, C. Women's Employment and Fertility in Latin America. *Population*, 60(1), 149-168, 2005

TORRES, E.; CABRERA, E. R. Convergencia y actividad económica en América Latina y el Caribe. In: SIMPSON, L.; GONZÁLEZ, L. M. *Convergência demográfica? Análisis comparativo de las tendências demográficas sbnacionales en América Latina e el Caribe*.

TORTAROLO, D. Female Labor Supply and Fertility. Causal Evidence for Latin America. *Revista de Economía Política de Buenos Aires*, 8(13), 27-65, 2014

VILLARRAGA, H. G. Convergencia de la fecundidad en los países de América Latina: Un análisis a partir de sus divisiones administrativas mayores (DAM). In: SIMPSON, L.; GONZÁLEZ, L. M. *Convergência demográfica? Análisis comparativo de las tendências demográficas sbnacionales en América Latina e el Caribe*, 2018.